



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTOS  
E RESÍDUOS SÓLIDOS DE APARECIDA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

**023. PROVA OBJETIVA**

**CONTROLADOR INTERNO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 01 a 05.

Até agora a enxurrada de imagens terríveis do flagelo climático no Rio Grande do Sul só não me provocou pesadelos porque dormir não é meu forte. Persisto, pois, a sofrer acordado, de olhos abertos e com a consciência culpada por me deixar agastar com facilidade por contratempos comparativamente miúdos e desprezíveis. Para me preservar de emoções tóxicas, parei de acompanhar as tentativas de socorro a bichos e idosos. Ainda assim, algumas imagens aflitivas burlaram minha vigilância.

De repente, uma senhorinha sequestra minha atenção. Oh!, se não é minha avó materna esculpida em Carrara, à beira do Guaíba! Minha avó mais próxima e querida.

Dona Arminda (tive duas avós com esse nome, ambas portuguesas) era a soberana da casa, a *mater familias*. A exemplo de tantas avós e mães, foi quem celebrizou em nosso reduto o bordão “Vocês pensam que eu sou sócia da Light<sup>1</sup>?”, infalível toda vez que via acesa uma lâmpada que deveria estar apagada, para não aumentar a conta da luz. Parecia viver movida a máximas, provérbios e adágios, uns de sua lavra, vários emprestados à Bíblia, outros enigmáticos e mesmo inalcançáveis por meu cérebro mirim.

Fiquei intrigado ao ouvi-la dizer pela primeira vez que fulano era “mais surdo que um portão de cemitério”. Surdo à súplica do defunto para “não entrar ali”, deduzi com razoável margem de acerto. Levei bem mais tempo para perceber que vovó não resmungava “o que no mato engorda...” e, sim, “o que não mata engorda” (sem os reticentes três pontinhos) – e só então, definitivamente liberado do supersticioso *caveat*<sup>2</sup> imposto à mistura, fui tomar outro copo de vitamina de manga com leite.

Não tive paciência para explicar à vovó Arminda que a frase correta (ou original) é “Quem tem boca vaia Roma”, e não “vai a Roma”, embora esta faça muito, se não até mais, sentido para quem nunca viveu sob o jugo romano.

Este é um caso clássico de expressão corrompida, bastante comum no florilégio de provérbios, axiomas, anexins e afins. Do mesmo nível, por exemplo, de “quem não tem cão, caça com gato” (a versão que se difundiu de “quem não tem cão, caça como gato”) e também de “cor de burro quando fuge”, que sempre quis dizer “corro de burro quando fuge”. No império romano, a expressão “esculpida em Carrara” era sinônimo de cópia fiel, igualzinha, sem tirar nem pôr; ou seja, o carbono ou a xerox de um tempo em que as pessoas posavam para artistas que mais fielmente as reproduziam no mármore de Carrara. Restou-nos apenas a malsonante e nojenta “cuspida e escarrada”.

Ora, se fizeram isso com o reputado mármore de Carrara, quem sou eu para sugerir que a expressão “Abre-te, sésamo!” vire, entre os lusófonos, “Abre-te, gergelim!”?

(Se fiz o prezado leitor esquecer um pouco a tragédia nos pampas, cumpri minha missão.)

(Sérgio Augusto. *Quem tem boca ‘vaia Roma’ ou ‘vai a Roma’?*  
Um caso clássico de expressão corrompida. Disponível em:  
<https://www.estadao.com.br/>. Adaptado)

<sup>1</sup> Light: empresa de distribuição de energia elétrica.

<sup>2</sup> *caveat*: alerta.

01. Segundo o cronista, o texto foi escrito com a intenção de

- (A) criticar o comportamento resistente de sua avó, frequentemente baseado em ditados populares equivocados.
- (B) desvendar algumas afirmações contidas nos provérbios populares, indiscutíveis pelas verdades que veiculam.
- (C) confrontar as notícias trágicas do cotidiano com as previsões que as expressões populares costumam antecipar.
- (D) apoiar comportamentos dominadores e impositivos, tais como os do império romano e os de sua avó.
- (E) preterir momentaneamente a angústia dos que acompanham as informações sobre os acontecimentos no Sul do país.

02. Ao mencionar o ditado sobre Roma, o cronista sugere que

- (A) os que viveram sob a dominação romana atestariam pertinência ao ato de vaia a matriz do império.
- (B) a necessidade de usar a boca para se deslocar até Roma não faz sentido, pois o destino é de fácil localização.
- (C) pessoas teimosas, como a avó do cronista, costumam se dedicar à expressão de bordões em seu modo original.
- (D) a frase original sobre Roma faz mais sentido na atualidade do que no tempo da submissão dos povos ao jugo romano.
- (E) a expressão que fala sobre a intenção de ir a Roma demonstra simpatia para com o modo de se entender a história.

03. Em – *Parecia viver movida a máximas, provérbios e adágios, uns de sua lavra, vários emprestados à Bíblia, outros enigmáticos e mesmo inalcançáveis por meu cérebro mirim.* – (3º parágrafo), as expressões em destaque, respectivamente, sugerem que algumas das frases de efeito usadas pela avó do autor eram

- (A) autorais e ininteligíveis para um jovem.
- (B) próprias e inapeláveis por um adulto.
- (C) comuns e incomensuráveis para um pré-adolescente.
- (D) inventadas e acessíveis a um juvenil.
- (E) públicas e concebíveis por uma criança.

04. Assinale a alternativa em que a expressão destacada foi empregada em sentido figurado no texto.

- (A) “Até agora a enxurrada de imagens terríveis do flagelo climático no Rio Grande do Sul só não me provocou **pesadelos** porque dormir não é meu forte.” (1º parágrafo)
- (B) “... foi quem **celebrizou** em nosso reduto o bordão ‘Vocês pensam que eu sou sócia da Light?’...” (3º parágrafo)
- (C) “Levei bem mais tempo para perceber que vovó não **resmungava** ‘o que no mato engorda...’...” (4º parágrafo)
- (D) “No império romano, a expressão ‘esculpida em Carrara’ era sinônimo de **cópia** fiel...” (6º parágrafo)
- (E) “Este é um caso clássico de expressão corrompida, bastante comum no **florilégio** de provérbios, axiomas, anexins e afins!” (6º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma vírgula em trecho do texto preserva a norma-padrão de pontuação.

- (A) “Até agora, a enxurrada de imagens terríveis do flagelo climático no Rio Grande do Sul só não me provocou pesadelos...” (1º parágrafo)
- (B) “Dona Arminda, (tive duas avós com esse nome, ambas portuguesas) era a soberana da casa, a *mater familias*.” (3º parágrafo)
- (C) “Fiquei intrigado ao ouvi-la dizer, pela primeira vez que fulano era ‘mais surdo que um portão de cemitério’.” (4º parágrafo)
- (D) “Não tive paciência para explicar, à vovó Arminda que a frase correta (ou original) é ‘Quem tem boca vaia Roma’...” (5º parágrafo)
- (E) “Restou-nos, apenas a malsonante e nojenta ‘cuspi-da e escarrada’.” (6º parágrafo)

06. Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) As origens de certos ditados são conhecidos por muitas poucas pessoas.
- (B) Houveram falas populares de grande importância nas relações sociais do passado.
- (C) Mesmo distante no tempo, as falas do idoso podem ser pertinente.
- (D) Com o passar do tempo, modificaram-se os significados originais de certos ditos populares.
- (E) A expressão por meio de ditados populares se mantêm nas sociedades contemporâneas.

Leia a tira a seguir para responder às questões de números 07 e 08.



(Will Leite. Anésia # 77. Disponível em: <http://www.willtirando.com.br/>)

07. A reação da avó corresponde ao seguinte ditado popular:

- (A) Quem tudo quer nada tem.
- (B) De grão em grão, a galinha enche o papo.
- (C) O seguro morreu de velho, e o desconfiado até hoje é vivo.
- (D) Quem ama o feio bonito lhe parece.
- (E) Casa de ferreiro, espeto de pau.

08. Considere as passagens do primeiro e do segundo quadros a seguir.

- ... **quero** lançar um livro com suas tiras.
- Adoraria **que a senhora fosse ao lançamento**...
- O lançamento de um livro com tiras **sobre a minha vida**...

As expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente e de acordo com a norma-padrão de regência e crase, por:

- (A) aspiro em ... seu comparecimento do ... para à narração de minha vida
- (B) penso de ... sua vinda com o ... voltadas à mim e minha vida
- (C) anseio por ... sua adesão ao ... referentes às informações sobre minha vida
- (D) sonho em ... sua presença no ... dedicadas à relatar minha vida
- (E) desejo de ... sua participação sob o ... relativas à dados sobre minha vida

09. Assinale a alternativa em que as frases estão de acordo com a norma-padrão quanto ao emprego de conjunções e de tempos e modos verbais.

- (A) “Se eu pôr suas histórias em meu livro, a senhora lerá?”, perguntou o neto à avó.
- (B) “Quando vir um livro com suas tiras, a senhora aprovará?”, perguntou o neto à avó.
- (C) Embora convidada, a avó compareceu ao lançamento do livro do neto.
- (D) Caso o rapaz mantesse um livro com tiras sobre a avó, ela não o aprovaria.
- (E) Como foi convidada, a avó não compareceu ao evento do neto.

10. Assinale a alternativa em que a frase está de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação dos pronomes.

- (A) A versão que difundiu-se de “quem não tem cão, caça com gato” é equivocada.
- (B) **Nos** restou apenas a desagradável expressão “cuspida e escarrada”.
- (C) A enxurrada no Rio Grande do Sul só não provocou-me pesadelos porque sou insone.
- (D) Quanto às tentativas de socorro a bichos e idosos, parei de acompanhá-las.
- (E) Minha avó disse “mais surdo que um portão de cemitério”. Fiquei pensativo ao ouvir-lhe dizer isso pela primeira vez.

11. Ao compararem o quanto gastam com despesas de manutenção de casa, Pedro verificou que gasta  $\frac{3}{5}$  do que

gasta Isabela, e Teresa verificou que gasta  $\frac{13}{6}$  do que

Pedro gasta.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a fração que Teresa gasta a mais do que Isabela é igual a:

(A)  $\frac{1}{9}$

(B)  $\frac{2}{7}$

(C)  $\frac{1}{4}$

(D)  $\frac{3}{10}$

(E)  $\frac{7}{20}$

12. Um atleta pratica corrida alternando com séries de exercícios descritos a seguir.

- Inicia correndo.
- A cada 2 minutos, ele para a corrida, faz duas flexões de braço e volta a correr.
- A cada 3 minutos, ele para a corrida, faz dois agachamentos e volta a correr.
- A cada 5 minutos, ele para a corrida, faz dois alongamentos e volta a correr.

O atleta utiliza um cronômetro para marcar os tempos decorridos com corrida. Ele sempre para o cronômetro ao iniciar os exercícios e retoma ao voltar a correr.

Se há mais de um exercício previsto para um determinado tempo, ele para a corrida e realiza os exercícios previstos na ordem do mais frequente para o menos frequente.

Em certo dia, esse atleta correu durante 49 minutos (tempo de corrida). O intervalo de tempo decorrido entre a última vez que o atleta fez apenas alongamentos e a última vez que fez apenas flexões foi de

(A) 9 minutos.

(B) 10 minutos.

(C) 11 minutos.

(D) 12 minutos.

(E) 13 minutos.

13. Uma empresa está cadastrando candidatos para vagas em três tipos de funções, denominadas A, B e C. Um mesmo candidato só poderá se inscrever para um dos tipos de função. Ao todo, foram inscritos 104 candidatos para a função A, 143 para a função B e 156 para a função C.

A primeira etapa da escolha desses candidatos implica dividi-los no maior número de grupos possível, com o mesmo número de candidatos por grupo. É necessário que, em cada grupo, haja candidatos das três funções e que os candidatos de uma mesma função estejam igualmente distribuídos em todos os grupos.

Realizada dessa maneira a divisão, é correto afirmar que, em cada grupo, o número de candidatos para a função C supera o número de candidatos para a função A em:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

14. Um cliente propôs pagar R\$ 80,00 por um produto que era oferecido pelo lojista por R\$ 120,00. O lojista recusou a oferta, mas os dois conseguiram negociar um preço final.

Sabendo que a porcentagem de desconto oferecida pelo lojista foi a mesma porcentagem de aumento na proposta do cliente, é correto afirmar que o desconto no preço supera o aumento da proposta do cliente em:

- (A) R\$ 24,00
- (B) R\$ 20,00
- (C) R\$ 16,00
- (D) R\$ 12,00
- (E) R\$ 8,00

15. Uma loja vendeu 154 veículos nos primeiros dois meses do ano. Com essas vendas, a razão entre o número de vendas de veículos populares e o número total de vendas foi  $\frac{7}{11}$ . O gerente de vendas quer vender, no terceiro mês

do ano, os últimos 22 veículos populares que tem em estoque, de maneira que a razão anterior, calculada sobre os três primeiros meses, passe a ser  $\frac{3}{5}$ .

Para que isso aconteça, o número de veículos não populares que a loja precisará vender no terceiro mês é igual a:

- (A) 16
- (B) 21
- (C) 24
- (D) 28
- (E) 32

16. Um supermercado promove a venda de arroz, feijão e macarrão em três pacotes promocionais:

- 1) com 6 kg de arroz, 2 kg de feijão e 1 caixa de macarrão por R\$ 49,80;
- 2) com 10 kg de arroz, 3 kg de feijão e 2 caixas de macarrão por R\$ 83,75;
- 3) com 4 kg de arroz, 5 kg de feijão e 2 caixas de macarrão por R\$ 67,45.

Independentemente do pacote a que pertença, o preço do quilograma do arroz é o mesmo; da mesma forma, cada caixa de macarrão tem o mesmo preço, e cada quilograma de feijão tem o mesmo preço. Um cliente pergunta ao gerente se pode levar 4 kg de feijão e 1 caixa de macarrão nas mesmas condições de preço dos pacotes promocionais.

Se o gerente aceitar, esse cliente pagará a quantia de:

- (A) R\$ 32,65
- (B) R\$ 33,50
- (C) R\$ 35,60
- (D) R\$ 36,85
- (E) R\$ 37,20

17. Para se classificar para uma competição de corrida de 10 000 metros, os atletas precisam correr cinco provas com tempos inferiores a 30 minutos. A tabela a seguir mostra os tempos obtidos por um atleta em três provas.

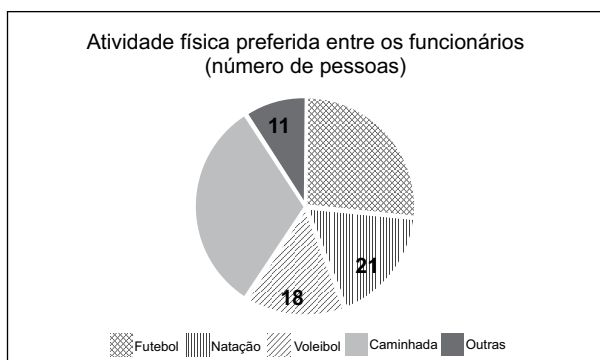
Tempo (minutos: segundos)	
1ª prova	28:27
2ª prova	28:18
3ª prova	28:33

Esse atleta correu mais duas provas abaixo do tempo-limite, de maneira que a média dos tempos por corrida nas cinco provas foi de 28 minutos e 20 segundos.

Logo, o tempo somado dessas duas últimas provas foi igual a

- (A) 56 minutos e 18 segundos.
- (B) 56 minutos e 19 segundos.
- (C) 56 minutos e 20 segundos.
- (D) 56 minutos e 21 segundos.
- (E) 56 minutos e 22 segundos.

18. Os 120 funcionários de uma empresa responderam a uma enquete sobre a atividade física preferida. O gráfico a seguir mostra os números de funcionários que preferem natação, voleibol ou outras atividades. Os dados relativos à caminhada e ao futebol não aparecem no gráfico.



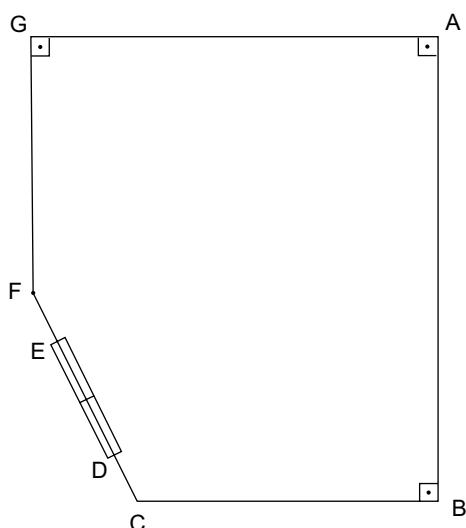
Sabe-se que a medida do setor circular correspondente à caminhada excede em  $18^\circ$  a medida do setor circular correspondente ao futebol.

Com base nesses dados, é correto afirmar que o número daqueles que preferem caminhada supera o número daqueles que preferem natação em:

- (A) 27
- (B) 20
- (C) 17
- (D) 12
- (E) 6

Considere a figura a seguir (fora de escala) para responder às questões de números 19 e 20.

Trata-se de um terreno com as seguintes medidas:  $AB = 30$  m;  $AG = 12$  m;  $BC = 7$  m;  $FG = 18$  m;  $CD = EF = 3$  m.



19. A área desse terreno é igual a:

- (A)  $280 \text{ m}^2$
- (B)  $300 \text{ m}^2$
- (C)  $320 \text{ m}^2$
- (D)  $330 \text{ m}^2$
- (E)  $360 \text{ m}^2$

20. O segmento DE representa um portão que terá duas folhas de mesmo comprimento.

O comprimento de cada uma dessas folhas será igual a:

- (A) 3,0 m
- (B) 3,5 m
- (C) 4,0 m
- (D) 4,5 m
- (E) 7,0 m

**R A S C U N H O**



- 21.** Considere o seguinte diretório no MS-Windows 10, em sua configuração-padrão, que não tem nenhuma ordenação aplicada sobre os arquivos.

Nome	
 Gastos-2024	
 Gastos-2023	
 Gastos-2022	
 Gastos-2021	
 Gastos_2024	

Ao aplicar a ordenação por nome e em ordem crescente, o primeiro arquivo, de cima para baixo, será:

- (A) Gastos-2024
  - (B) Gastos-2023
  - (C) Gastos-2022
  - (D) Gastos-2021
  - (E) Gastos\_2024
- 22.** O MS-Word 2016, em sua configuração-padrão, tem a função de trabalhar com legendas. Sobre essa função, assinale a alternativa correta.
- (A) A opção Inserir Legenda está na guia Revisão.
  - (B) É possível adicionar legendas automaticamente a tabelas e figuras.
  - (C) Ao excluir uma legenda, não será preciso atualizar o conjunto restante de legendas no documento.
  - (D) Por padrão, só é possível adicionar legendas a figuras e tabelas.
  - (E) Legendas e Índices têm a mesma funcionalidade.

- 23.** Um usuário, utilizando o MS-Excel 2016 em português e em sua configuração-padrão, digitou em uma célula o seguinte conteúdo:

=ARREDONDAR.PARA.CIMA(8,8726; 3)

O resultado exibido na célula em questão foi:

- (A) 8,875
  - (B) 8,870
  - (C) 8,872
  - (D) 8,873
  - (E) #NOME?
- 24.** Um dos aplicativos do Google Workspace é o Google Formulários.
- Sobre esse aplicativo, é correto afirmar que uma de suas funcionalidades possíveis é a de
- (A) criar apresentações em slides.
  - (B) organizar e submeter inscrições para eventos.
  - (C) redigir documentos de texto, com possibilidade de revisão.
  - (D) compartilhar arquivos em nuvem.
  - (E) enviar convite para uma reunião a uma pessoa da mesma organização, bloqueando assim a sua agenda em um dia e horário específicos.

- 25.** Assinale a alternativa que representa corretamente uma URL.

- (A) /api/v01/exemplo/usuários
- (B) https://
- (C) https://saae.com/blog/apare
- (D) mailto:contato@saae.com
- (E) urn:isbn:12312341234

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

26. João Paulo é Diretor-Presidente de uma empresa prestadora de serviços de engenharia, interessada em participar de processo licitatório promovido por empresa municipal de saneamento. Com o intuito de aumentar as chances de vitória da sua empresa no certame, João procura convencer seu concorrente a não participar da licitação ou apresentar lance não competitivo nesta, oferecendo a ele a oportunidade da subcontratação da empresa concorrente para realização de parte do objeto contratual. A empresa concorrente, porém, não aceitou a oferta apresentada, dando conhecimento à empresa municipal de saneamento a respeito do acontecido.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que

- (A) a conduta de João não pode ser considerada ato lesivo à Administração Pública, por dela não ter decorrido qualquer resultado prático em termos de redução da competitividade da licitação.
- (B) a conduta de João não pode ser considerada ato lesivo à Administração Pública, pois as empresas estatais municipais não se enquadram no conceito de administração pública nacional desta Lei.
- (C) a responsabilidade da empresa dirigida por João Paulo, nos termos da Lei Anticorrupção, independe da responsabilização individual de seus dirigentes, os quais serão responsabilizados na medida da sua culpabilidade.
- (D) a responsabilidade da empresa dirigida por João Paulo, nos termos da Lei Anticorrupção, não subsiste no caso de esta empresa vir a ser incorporada por uma outra, pois a incorporação implica na extinção da pessoa jurídica incorporada.
- (E) a Lei Anticorrupção não se aplica à situação descrita, pois esta se refere apenas às situações que envolvam a prática de ilícitos com a participação direta ou indireta de agentes públicos.

27. A respeito do alcance da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que abarca

- (A) toda a Administração Direta e Indireta, bem como, no que couber, as entidades da sociedade civil organizada que recebam recursos diretamente do orçamento público para realização de ações de interesse público.
- (B) toda a Administração Direta e Indireta, bem como as entidades da sociedade civil organizada, sem restrições de qualquer natureza, excluindo-se, porém, o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- (C) a Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios, mas não a Administração Indireta, tampouco as entidades da sociedade civil organizada, uma vez que estas não compõem a Administração Pública.
- (D) a Administração Direta e a Administração Indireta Autárquica da União, dos Estados e dos Municípios, excluindo-se, portanto, as empresas estatais, independentemente da atividade a que se dediquem.
- (E) a Administração Direta e a Administração Indireta da União, cabendo aos Estados e Municípios, em razão de sua autonomia como entes da Federação, se desejarem, aprovarem leis próprias de acesso à informação e transparência.

28. “A economicidade, além de ser critério inerente aos procedimentos de controle da execução do orçamento (artigo 70 da CF), deve nortear permanentemente seu procedimento de elaboração e de aprovação legislativa, como requisito vinculante para todo o controle político.”

(H.T. Torres, *Direito constitucional financeiro: Teoria da Constituição Financeira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014)

A respeito da atividade de controle externo do orçamento público quanto à economicidade, é correto afirmar que

- (A) é vedada pela Constituição, na medida em que importa em invasão, pelos órgãos de controle, no mérito dos atos praticados, o que cabe exclusivamente ao Poder Executivo, ao invés do simples controle de legalidade.
- (B) compreende a avaliação da legitimidade dos aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, em especial em relação ao planejamento e à execução das receitas e despesas públicas.
- (C) é facultada pela Constituição, cabendo aos órgãos de controle decidir, em cada caso, se farão apenas o controle de legalidade ou se farão também o controle de economicidade das despesas, conforme matriz de riscos levantada.
- (D) compete exclusivamente ao Poder Judiciário, não cabendo aos tribunais de contas, como órgãos auxiliares do Poder Legislativo, adentrar à análise de mérito administrativo que envolve o controle de economicidade.
- (E) a economicidade pode ser encarada como sinônimo de equilíbrio orçamentário, devendo o orçamento público, em cada exercício, apresentar correspondência entre o total de receitas estimadas e o total de despesas autorizadas.

29. Sobre o controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo, é correto afirmar que

- (A) em razão da separação de poderes, princípio constitucional fundamental para o Estado Democrático de Direito, não é possível a ação de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.
- (B) se esgota na aprovação ou rejeição do parecer prévio encaminhado pelo Tribunal de Contas ao Poder Legislativo, o qual não prevalecerá, exclusivamente, no caso de rejeição por  $\frac{2}{3}$  dos parlamentares.
- (C) a possibilidade de julgamento no Tribunal de Contas por crime de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo é um exemplo de ação de controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo.
- (D) caso necessária a realização de diligências para a fiscalização de atos da Administração, caberá ao Poder Legislativo unicamente oficial para que tais diligências sejam feitas pela polícia.
- (E) um importante instrumento para esse controle é o das chamadas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

#### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

30. A respeito do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) Assim como outras atividades desenvolvidas diretamente pelo Estado, o poder de polícia apresenta, sobretudo, cunho prestacional.
- (B) Analisando-se o poder de polícia sob uma perspectiva moderna, pode-se afirmar que a atividade de poder de polícia realiza-se tanto por meio da repressão como por meio do fomento de condutas.
- (C) Em virtude da supremacia do interesse público, admite-se que por meio da atividade do poder de polícia ocorra limitação da autonomia privada, ainda que não autorizado previamente por meio do Direito.
- (D) A taxa cobrada do particular pelo exercício do poder de polícia deve ser proporcional à riqueza do sujeito passivo, bem como instrumento de desincentivo das atividades consideradas nocivas pelo ente público.
- (E) As medidas de polícia são sempre dotadas de grau de eficácia mínimo ou médio, uma vez que para terem grau de eficácia máximo dependem da prévia intervenção do Poder Judiciário.

31. Uma organização religiosa que se dedica a atividades e projetos de interesse público e de cunho social, que não tem fim exclusivamente religioso, tem uma parceria com o Município X, que foi formalizada por meio de um termo de fomento. Visando reduzir os custos, a organização religiosa resolveu que todas as reuniões, deliberações e votações serão feitas virtualmente, garantindo os direitos de voz e de voto a quem os teria em reunião ou assembleia presencial.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei nº 13.019/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município X não poderia ter firmado uma parceria com a organização religiosa, pois, em decorrência da laicidade do Estado, impede-se a assinatura de termos de fomento com organização religiosa.
- (B) Em situações excepcionais, admite-se o estabelecimento de parceria entre o ente federativo municipal e a organização religiosa, no entanto, veda-se que seja por meio de termo de fomento, podendo ser utilizado apenas o termo de cooperação.
- (C) Uma vez formalizada a parceria por meio de termo de fomento, como em tal situação a proposta foi feita pela administração pública e há repasse de recursos financeiros, deve a organização religiosa manter a escrituração contábil por pelo menos dez anos, vedando-se as reuniões virtuais após o fim da pandemia de Covid-19.
- (D) Em face da parceria firmada com o Município X, a organização religiosa apenas poderá realizar virtualmente as reuniões em que não haja votação ou deliberação de matéria que, ainda que indiretamente, tenha interesse público.
- (E) Admite-se que todas as reuniões, deliberações e votações das organizações da sociedade civil sejam feitas virtualmente, desde que o sistema de deliberação remota garanta os direitos de voz e de voto a quem os teria em reunião ou assembleia presencial.

**32.** Considere que os Municípios A, B, C e D constituíram um consórcio público, respeitando todas as formalidades legais, já tendo ocorrido a prévia subscrição do protocolo de intenções por todos os entes federativos. No entanto, passados 12 meses da constituição do consórcio, o Município D deseja se retirar do consórcio público. Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar que

- (A) é vedada a retirada individual de qualquer um dos entes do consórcio público regularmente constituído.
- (B) o Município D tem direito potestativo a retirar-se do consórcio, devendo apenas formalizar o desejo por meio da expedição de um decreto pelo Prefeito em exercício.
- (C) independentemente de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação, os bens do Município D destinados por ele ao consórcio público serão automaticamente revertidos na data da sua retirada.
- (D) a retirada do Município D provocará a extinção automática do consórcio, pois tal fato ocorreu menos de 24 meses depois da constituição do consórcio público.
- (E) a retirada do Município D do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.

**33.** A respeito das Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

- (A) A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação deverá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.
- (B) O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as condições legais.
- (C) Nos contratos de serviços contínuos, o critério de reajustamento de preços será aplicado após o interregno mínimo de 3 anos, salvo comprovação de caso fortuito ou força maior.
- (D) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas é condição indispensável para a eficácia do contrato e, no caso de licitação, deverá ocorrer no prazo de 5 dias úteis, contado da data de sua assinatura.
- (E) A extinção do contrato configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro.

**34.** Suponha que a Concessionária ABC, por estar enfrentando dificuldades no setor em que atua, deseja transferir o contrato de concessão que está em vigor e, após pesquisas de mercado, já encontrou dois pretendentes para tanto. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 8.987/95, é correto afirmar que

- (A) se a transferência da concessão ocorrer sem prévia anuência do poder concedente, ocorrerá a caducidade da concessão.
- (B) a Concessionária ABC deverá encontrar pelo menos três pretendentes para que o poder concedente escolha qual deles melhor atende os critérios constantes no edital.
- (C) considera-se válida a transferência da concessão se o poder concedente concordar expressamente com a mudança até 30 dias úteis após a alteração contratual.
- (D) a anuência do poder concedente dependerá de que o pretendente atenda exclusivamente às exigências de capacidade técnica, regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço.
- (E) se a transferência da concessão ocorrer sem prévia anuência do poder concedente, ocorrerá a encampação da concessão.

**35.** Considere que Letícia tem 17 anos e no dia 1º de julho de 2024 representou à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade cometido por Lucas, empregado público de sociedade de economia mista.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) se a representação não contiver as formalidades estabelecidas pela lei, a autoridade administrativa determinará que Letícia a retifique no prazo de 5 dias, sob pena de ser rejeitada.
- (B) a representação formulada por Letícia, para atender o disposto na legislação, deverá ser escrita e conter as informações sobre o fato, autoria e indicação das provas de que ela tiver conhecimento, dispensando-se apenas a qualificação da representante.
- (C) atendidos os requisitos da representação, a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) a representação deverá ser rejeitada, pois Letícia não tem 18 anos e as sociedades de economia mista não se sujeitam aos ditames da lei de improbidade administrativa.
- (E) o Ministério Público e o Tribunal ou Conselho de Contas deverão designar representante para acompanhar o procedimento administrativo que for instaurado para apurar os fatos.

## NOÇÕES DE CONTABILIDADE GERAL

36. Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. Assinale a alternativa que apresenta exemplo de passivo.
- (A) Ações em tesouraria.
  - (B) Ajuste a valor presente de contas a receber de longo prazo.
  - (C) Ajuste a valor recuperável de ativos.
  - (D) Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de clientes.
  - (E) Provisões para contingências trabalhistas.
37. Desreconhecimento é a retirada de parte ou totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. Assinale a alternativa que apresenta uma situação que pode ter como consequência o desreconhecimento.
- (A) Existência de uma obrigação presente.
  - (B) Ganho do controle de parte do ativo.
  - (C) Inexistência de uma obrigação passada.
  - (D) Perda do controle da totalidade do ativo.
  - (E) Recompra de ações em tesouraria.

Os dados a seguir serão utilizados para responder às questões de números 38 a 40.

A Cia. Sabidona apresentou os seguintes saldos de suas contas patrimoniais e de resultado no último trimestre:

Conta	Valor (em R\$)
Amortização acumulada	12.000,00
Aplicações Financeiras (30 dias)	334.560,00
Bancos	10.000,00
Caixa	2.000,00
Capital Social	1.000.000,00
Contas a pagar	34.500,00
Contas a receber	213.000,00
Custo dos serviços prestados	145.670,00
Depreciação acumulada	40.000,00
Despesas com IR e CSLL	49.000,00
Despesas com salários	89.000,00
Despesas financeiras	14.568,00
Despesas administrativas	23.450,00
Despesas de depreciação e amortização	3.600,00
Despesas de prestação de serviços	65.450,00
Empréstimos	256.000,00
Imobilizado	800.000,00
Intangível	366.000,00
Lucros acumulados	47.560,00
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (ativo)	13.000,00
Receita financeira	13.456,00
Receita líquida	450.000,00
Salários a pagar	322.500,00

38. Considerando as informações, é correto afirmar que o saldo das contas de resultado totaliza, em R\$:
- (A) 34.560,00
  - (B) 47.560,00
  - (C) 108.262,00
  - (D) 121.718,00
  - (E) 304.330,00
39. O saldo do ativo circulante totalizou, em R\$:
- (A) 12.000,00
  - (B) 346.560,00
  - (C) 546.560,00
  - (D) 559.560,00
  - (E) 1.114.000,00
40. Considerando que no início do trimestre o saldo inicial de Salários a Pagar era R\$400.000,00, é correto afirmar que foram pagos em salários no período o valor, em R\$, de:
- (A) 166.500,00
  - (B) 89.000,00
  - (C) 77.500,00
  - (D) 55.670,00
  - (E) 0,00

## NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

41. Quando uma autarquia pública consome seu material de expediente, ela deve registrar em conta devedora, como procedimento contábil patrimonial:
- (A) Crédito empenhado a liquidar.
  - (B) Crédito empenhado liquidado.
  - (C) Estoques.
  - (D) Variação patrimonial aumentativa.
  - (E) Variação patrimonial diminutiva.
42. No setor público, terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido são classificados no Balanço Patrimonial como:
- (A) Estoques.
  - (B) Imobilizado.
  - (C) Propriedades para investimentos.
  - (D) Realizável a longo prazo.
  - (E) Variações patrimoniais aumentativas.

43. Um ente público possui um direito a receber, em virtude de um convênio, de R\$ 234.500,00 em transferências voluntárias da União. Considerando que esse valor já está previsto na lei orçamentária do ente, é correto afirmar que o contador deverá realizar, no sistema contábil patrimonial, o seguinte registro contábil:
- (A) D: Transferências Voluntárias a receber 234.500  
C: Variação patrimonial aumentativa 234.500
- (B) D: Bancos 234.500  
C: Variação patrimonial aumentativa 234.500
- (C) D: Receita a Realizar 234.500  
C: Receita Realizada 234.500
- (D) D: Controle da Disponibilidade de Recursos 234.500  
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos 234.500
- (E) D: Receita a Realizar 234.500  
C: Variação patrimonial aumentativa 234.500
44. Uma conta contábil do PCASP com a composição 3.X.X.X.X.XX.XX é uma conta que representa:
- (A) Ativo.
- (B) Controle de devedores.
- (C) Passivo.
- (D) Variação patrimonial aumentativa.
- (E) Variação patrimonial diminutiva.
45. Sobre a Contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar que
- (A) as obrigações vinculadas podem originar-se somente por meio de transações sem contraprestação.
- (B) as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.
- (C) contribuição dos proprietários corresponde à saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.
- (D) distribuição aos proprietários corresponde à entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- (E) o objetivo de todo ativo no setor público é gerar fluxo de caixa positivos para o ente.
46. Certo município pretende destinar dotação orçamentária para a aquisição de títulos representativos do capital de determinada empresa já constituída e de modo que tal operação não importe em aumento do capital. Nesse caso, referida dotação deverá ser classificada como
- (A) inversão financeira.
- (B) transferência corrente.
- (C) investimento.
- (D) subvenção econômica.
- (E) subvenção social.
47. Considerando as fases do ciclo orçamentário, após a elaboração da proposta orçamentária e sua apreciação legislativa seguem-se as fases sequenciais de
- (A) controle, execução e avaliação.
- (B) controle, avaliação e execução.
- (C) avaliação, execução e controle.
- (D) avaliação, controle e execução.
- (E) execução, controle e avaliação.
48. A determinação constitucional de que a lei orçamentária anual deva compreender o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, impõe o princípio orçamentário da
- (A) não afetação.
- (B) exclusividade.
- (C) discriminação.
- (D) totalidade.
- (E) unidade de tesouraria.

**49.** De conformidade com os critérios estabelecidos em lei municipal, o Prefeito do Município Alfa atualizou em novembro de 2023 a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2024. Nessa hipótese, o Prefeito agiu

- (A) corretamente porque a competência para alterar tanto a base de cálculo quanto a alíquota do imposto é do Poder Executivo, desde que o faça por meio de decreto regulamentador.
- (B) corretamente porque está autorizado, nesses termos, a atualizar a base de cálculo do imposto, por expressa previsão legal.
- (C) incorretamente porque a atualização da base de cálculo do imposto é matéria destinada à regência de lei complementar.
- (D) incorretamente porque as alterações na base de cálculo do imposto devem observância ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- (E) incorretamente porque lei municipal não pode estabelecer critérios para que o Prefeito atualize a base de cálculo do imposto.

**50.** O instituto pelo qual a lei, nas condições que vier a estabelecer, faculta que os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, venham a celebrá-la objetivando o término de eventual litígio e consequente extinção do crédito correspondente denomina-se

- (A) remissão.
- (B) compensação.
- (C) transação.
- (D) conversão do depósito em renda.
- (E) consignação em pagamento.

